

# Trabalhadores da Administração Pública

# Não há outro caminho, dia 30 vamos à **GREVE GERAL!**



● governo PS/ Sócrates atingiu o cúmulo da ofensa e da indignidade na forma como vem desenvolvendo uma política de multiforme ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e de ofensa ao modelo constitucional do Estado.

Se dúvidas houvessem, o conjunto de “propostas” aprovadas já em Conselho de Ministros demonstram claramente o que o PCP tem vindo a afirmar:

## **Negociação colectiva. Este Governo não é sério**

As propostas do governo, querem a total subversão do modelo de relações laborais existente, que consagra direitos conquistados ao longo de décadas – no qual se incluem o vínculo público de emprego, das carreiras e do sistema remuneratório - constituem simultaneamente um ataque ao movimento sindical, enquanto representante dos trabalhadores na negociação colectiva que o governo vem desrespeitando.

O cinismo e a hipocrisia com que os governantes as suas “propostas”, fingindo que negociam, reflectem uma linha de pensamento segundo a qual as palavras trabalho e trabalhador, dignidade e direitos de quem trabalha não têm qualquer valor.

A chamada reforma da Administração Pública, mais não é que a destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Querem, ao contrário do que diz a Constituição, reconfigurar o papel do próprio Estado, de forma a adequá-lo aos interesses dos privados, em detrimento dos interesses e necessidades do povo português.

Esta sórdida ofensiva, desde há muito que se desencadeou em **duas frentes** principais:

**O encerramento de serviços públicos** de proximidade (postos de correio, escolas, extensões de saúde, maternidades, urgências hospitalares...) dos quais as populações não podem prescindir, abrindo assim campo à intervenção do grande capital financeiro ávido dos lucros que a saúde, a educação, a segurança social, a água, a electricidade e as telecomunicações proporcionam.

**A desregulamentação das relações de trabalho** dos trabalhadores da Administração Pública que o grande capital vem reclamando, para tornar mais fácil o assalto aos serviços públicos, pela via da precarização, diminuição de salários e direitos. E ao mesmo tempo, acabar com o importante referencial de direitos, que tem constituído para as reivindicações de todos os trabalhadores, a regulamentação laboral da função pública, abrindo assim caminho ao nivelamento por baixo.



# Vale tudo!

Depois do roubo que constituíram as alterações introduzidas ao Regime de Aposentação, aumentando a idade da reforma e baixando o valor das pensões;

Depois da tentativa de aplicação de um Sistema de Avaliação (SIADAP), que à partida se sabia não ser possível aplicar, constituindo-se como um poço de arbitrariedade e injustiças; Depois das ameaças (algumas já concretizadas), veiculadas pela lei da mobilidade especial, que mais não é do que o fundo de desemprego da função pública e uma ante- câmara do despedimento, criando a dúvida e o medo em milhares de trabalhadores;

Depois de anos sucessivos de roubo nos salários, por via dos aumentos de miséria, congelamentos, diminuindo o salário real dos trabalhadores do sector;

Depois de anos de mentiras, adiamentos e “conversa da treta” em torno das negociações de matérias fundamentais como as carreiras;

Pretende-se agora destruir o vínculo público de emprego, remetendo a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, para o contrato individual de trabalho, alterando o conceito de funções nucleares do estado, retirando-o a sectores tão fundamentais como a educação, a saúde ou a segurança social;

Introduzir a polivalência funcional e geográfica, o despedimento colectivo, por extinção de posto de trabalho ou por inadaptação, ou seja, querem liberalizar os despedimentos, comprometer o direito à revisão anual dos salários e valorizar os prémios em detrimento do salário.

Apresentar um novo sistema de avaliação mais penalizador, chegando ao cúmulo de condicionar a mudança da posição remuneratória dos trabalhadores, à avaliação feita aos serviços.



## Sacrifícios para quem trabalha. Lucros para o Capital

**Enquanto a uns se exige tudo, a outros não se exige nada.**

Perto de 800 milhões de euros, mais 21,84% do que no trimestre homólogo do ano passado, foi quanto os 5 maiores tiveram de lucro.

**O escândalo sucessivo do aumento dos lucros da banca é o exemplo acabado de como um governo que passa a vida a acenar com a despesa pública apontando o caminho do encerramento de serviços públicos na saúde, na educação, na justiça, na segurança dos cidadãos e a necessidade de a maioria do povo português apertar o cinto, continua a favorecer no plano fiscal o capital financeiro.**

O governo comporta-se ao fim e ao cabo como um autêntico “Conselho de Administração” de uma qualquer empresa capitalista protegendo e servindo fervorosamente os interesses dos ricos e poderosos, contra os trabalhadores e as populações.

## MUDAR DE RUMO Dia 30 - Apoia, participa e organiza a GREVE GERAL

**Dia 30 de Maio na Greve Geral é preciso em unidade e em força dizer basta!**

**É preciso mudar de rumo.**

**Esta política não serve o país e os trabalhadores.**

**Pela nossa dignidade, pelos nossos direitos, pelo nosso futuro, dia 30 de Maio vamos à luta, vamos à greve geral**

**Hoje como sempre o PCP, está solidário com a luta dos trabalhadores. É pois com grande confiança que o PCP apela à determinação, à unidade e à participação na luta de todos os trabalhadores, certo de que a greve geral constituirá um momento alto na sua luta por um novo rumo e uma nova política para o nosso País.**

**BASTA DE INJUSTIÇAS!**

**MUDAR  
DE POLÍTICA**

**PARA UMA VIDA  
MELHOR**



[www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)

Coordenadora Nacional do PCP para a Administração Pública